




TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E POSSIBILIDADES DE COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA

Community-based tourism and the possibility of cross-border cooperation

Turismo comunitário y posibilidades de cooperación transfronteriza

Francisco Leonor de Amarilio¹ 

RESUMO

Objetivou-se, através deste trabalho, estudar e provocar reflexões sobre a relação fronteira e turismo analisando a possibilidade de cooperação, através do envolvimento de comunidades locais (nesse caso, pescadores artesanais da área urbana do município de Corumbá-MS) com atividades do turismo de base comunitária, em um território fronteiriço. Diante de diversos problemas enfrentados pelo setor pesqueiro profissional artesanal, seja por políticas públicas, seja por conta das atividades do turismo em alta na região, surgiram as reflexões aqui apresentadas. A pesquisa tende a ser bibliográfica, em um primeiro momento, com consultas em plataformas eletrônicas como o portal de periódicos da Capes, jornais impressos, revistas e livros. Em um segundo momento a pesquisa assumirá caráter de pesquisa ação participativa pois acreditamos na práxis, que a teoria não deve desvincular da prática. Percebemos com as pesquisas que desenvolvimento local pode ser impulsionado pela atividade turística de base comunitária em fronteira, desde que pautado na cooperação de planejadores e atores sociais considerando interesse e potencialidade das comunidades locais.

Palavras Chave: Turismo; Fronteira; Pescador artesanal.

ABSTRACT

The objective of this work was to study and provoke reflections on the relationship between borders and tourism, analyzing the possibility of cooperation, through the involvement of local communities (in this case, artisanal fishermen from the urban area of the municipality of Corumbá-MS) with tourism activities. community-based, in a border territory. Faced with several problems faced by the artisanal professional fishing sector, whether due to public policies or due to tourism activities on the rise in the region, the reflections presented here arose. The research tends to be bibliographical, at first, with consultations on electronic platforms such as the Capes journal portal, printed newspapers, magazines and books. In a second moment, the research will assume the character of participatory action research because we believe in praxis, that theory should not be disconnected from practice. We realized from research that local development can be driven by community-based tourism activity on the border, as long as it is based on the cooperation of planners and social actors, considering the interest and potential of local communities.

Keywords: Tourism; Border; Artisanal fisherman.

¹.Doutorando do Programa de Pós Graduação em Sociedade Cultura e Fronteiras (PPGSCF) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), francisco.amarilio@ifms.edu.br.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo fue estudiar y provocar reflexiones sobre la relación entre fronteras y turismo, analizando la posibilidad de cooperación, a través del involucramiento de las comunidades locales (en este caso, pescadores artesanales del casco urbano del municipio de Corumbá- MS) con actividades turísticas comunitarias, en un territorio fronterizo. Ante las diversas problemáticas que enfrenta el sector pesquero profesional artesanal, ya sea por políticas públicas o por el auge de las actividades turísticas en la región, surgieron las reflexiones que aquí se presentan. La investigación tiende a ser bibliográfica, en un principio, con consultas en plataformas electrónicas como el portal de revistas Capes, periódicos impresos, revistas y libros. En un segundo momento, la investigación asumirá el carácter de investigación-acción participativa porque creemos en la praxis, en que la teoría no debe estar desconectada de la práctica. A partir de la investigación nos dimos cuenta de que el desarrollo local puede ser impulsado por la actividad turística comunitaria en la frontera, siempre y cuando se base en la cooperación de planificadores y actores sociales, considerando el interés y el potencial de las comunidades.

Palabras clave: Turismo; Borde; Pescador artesanal.

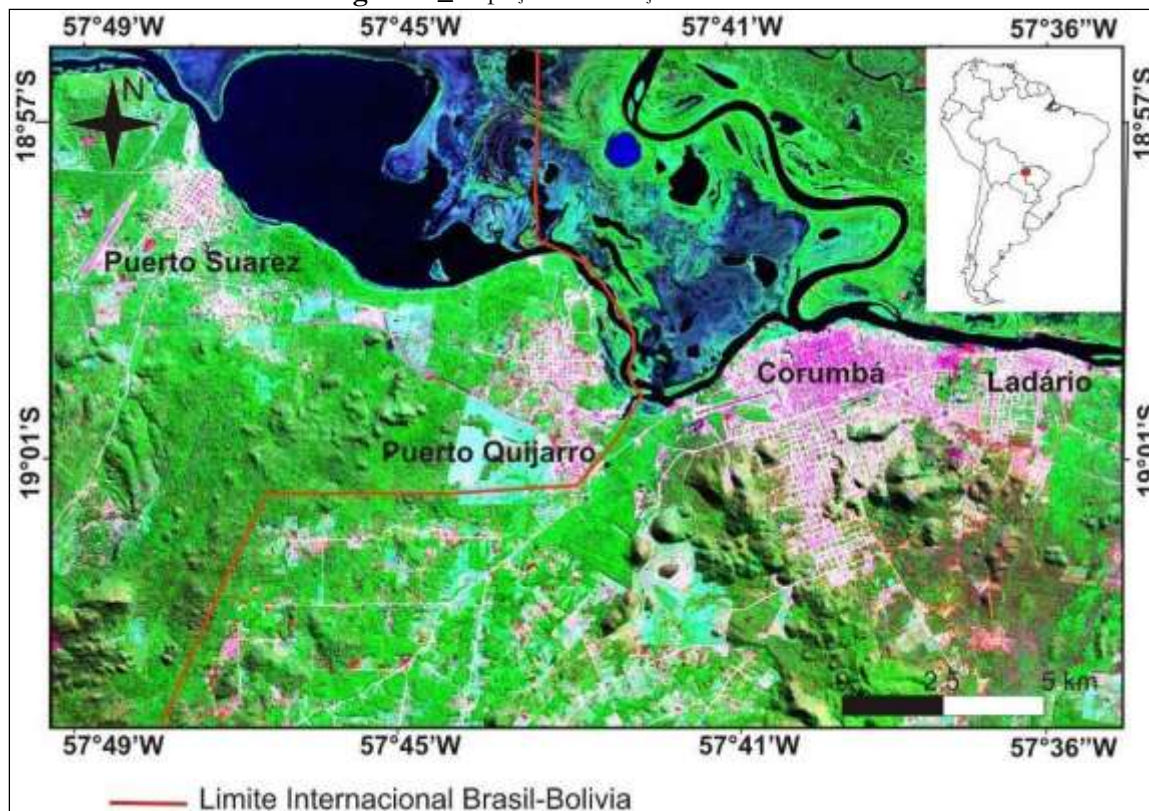
INTRODUÇÃO

Esse trabalho nasceu de um desafio em apresentar e propor caminhos para o desenvolvimento econômico e social, dentro dos parâmetros hoje apresentados como sustentáveis, analisando e refletindo sobre o turismo e suas possibilidades de cooperação em fronteira. A pesquisa se mostrou inicialmente como bibliográfica, com consultas em plataformas eletrônicas como o portal de periódicos da Capes, jornais impressos, revistas e livros. Todavia a pesquisa assumirá caráter de pesquisa ação participativa pois acreditamos na práxis, que a teoria não deve desvincular da prática. Trata-se de um trabalho investigatório, nesse momento, sobre às possibilidades de cooperação fronteira através do turismo de base comunitária (TBC), tema que nasceu das seguintes inquietações, que levaram a escrita do trabalho: em se tratando de nações diferentes, será que o TBC apresenta possibilidades de cooperações fronteiriças? Será que a fronteira em estudo possui potencialidades locais que poderiam fomentar e dinamizar as atividades do turismo através de uma cooperação mútua?

O presente artigo foi apresentado no I Encontro Internacional de Metodologias Qualitativas de Pesquisa e/ou Ação, que aconteceu de forma presencial em Montevidéu no Uruguai cujo grupo ao que pertenceu foi o Pesquisa-ação urbana, na temática geral de Desenvolvimento territorial sustentável.

O espaço fronteiro que está sendo estudado se refere ao município de Corumbá-MS (Brasil) e à Puerto Quijarro (Bolívia) (figura 1) – que, como qualquer outra fronteira, tem suas especificidades e características próprias e tão peculiares que revelam essa fronteira como espaço de referência identitária, ou seja, uma identidade territorial cuja manifestação empírica é a própria experiência de habitar este lugar (Nogueira, 2002).

Figura 1 _ Espaço fronteiriço Brasil -Bolívia



Fonte COSTA, 2013, p. 71.

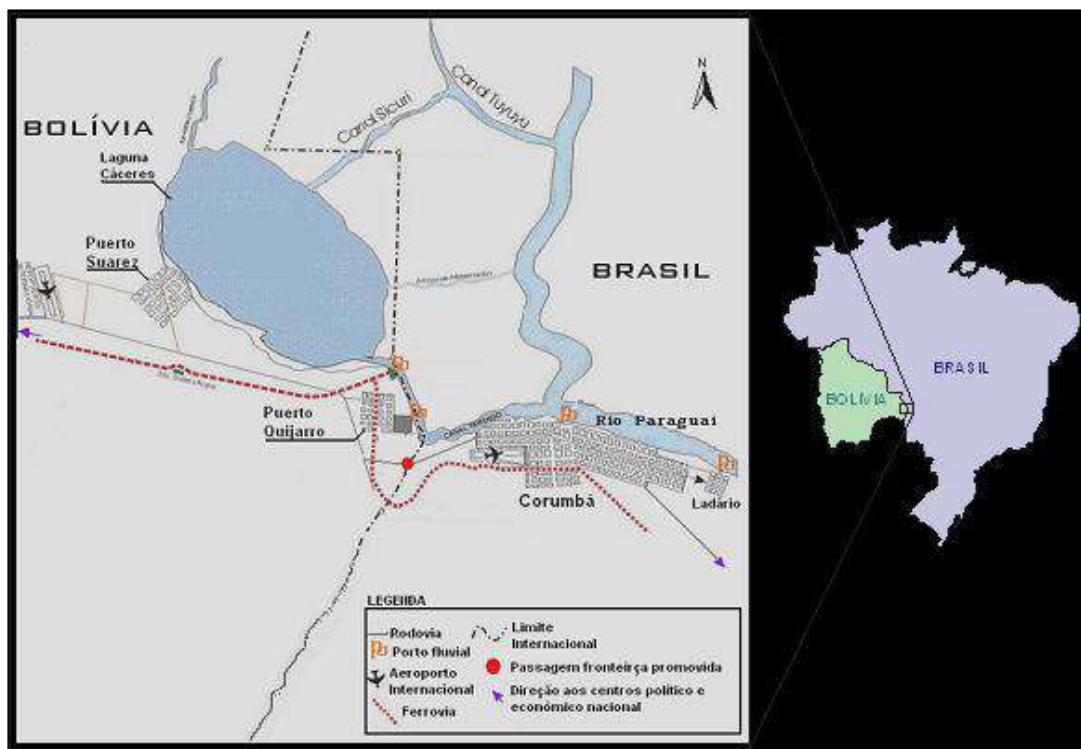
Através de pesquisas anteriores, a nível de iniciação científica e dissertação de mestrado, percebemos que o território fronteiriço supracitado possui na comunidade de pescadores moradores da área urbana de Corumbá (figura 2), potencialidades para gerar iniciativas de desenvolvimento local e melhoria na qualidade de vida da própria comunidade, mediante dinamização do turismo em fronteira, principalmente diante dos acontecimentos recentes com essa parcela da população, que vem se tornando marginalizada por vários fatores, nos quais se destacam a falta de política pública voltada para os pescadores profissionais, desvalorização da atividade profissional e também a desilusão com a atividade.

As reflexões e análises que orientam esse trabalho, objetivam mostrar que o território turístico resulta da prática turística e partindo desse pensamento se percebe que as práticas turísticas revelam diferentes territorialidades e de maneira objetiva as territorialidades nesse trabalho podem ser entendidas como a utilização que se faz do território. Saquet (2007, p.84) confirma essa assertiva revelando que “[...] a territorialidade é conceituada pela multiplicidade de contextos histórico-sociais, nos quais se definem as estratégias e os efeitos territoriais”. O objetivo geral do trabalho é, portanto, analisar se as atividades do turismo de base comunitária (TBC) podem gerar desenvolvimento e melhorias na qualidade de vida do pescador profissional, através da cooperação

fronteiriça por parte de gestores, planejadores e atores sociais que considerando interesses e potencialidades locais, dinamizem o turismo e aumentem a receita dos municípios de fronteira.

Além do enfoque centrado no espaço, há que ter-se presente a importância do território pelo seu conteúdo geopolítico, tendo em vista que território expressa poder. Desse modo se torna preciso pensar o território em conformidade com Rafesttin (1993), como um espaço que revela relações marcadas pelo poder. Também vale apropriar do pensamento de Saquet (2007) que pensa o território como o resultado das relações humanas, sociais, culturais e políticas, sempre interligadas à natureza. Porém não se pode perder de vista que a dinâmica territorial é sempre criação e recriação de territorialidades e que é o fazer turismo que gera novas práticas territoriais (Rodrigues, 2006).

Figura 02: Cidades Fronteiriças



Fonte: Oliveira (2008)

Pensamos então que um desenvolvimento local endógeno e fronteiriço seja uma resposta decolonial diante do atual cenário global, num movimento contínuo em favor da descolonização do pensamento e do conhecimento (Grosfoguel, 2008), por esse motivo o Método de investigação que norteou este trabalho é o Materialismo Histórico-dialético, através de abordagens da pesquisa ação – participativa. Para tanto pensamos em conformidade com Coraggio (2014, p.31):

Nuestro desafío es, sin embargo, no limitar nuestras prácticas a los sectores indigentes – algo a lo que tienden las prácticas y hasta las teorías de la economía solidaria en la región

–, sino lograr la autoconvocatoria (o la convocatoria desde legítimos gobiernos populares) de comunidades locales heterogéneas y alianzas tan amplias como se pueda para participar en la pugna por otro desarrollo, por otra humanidad (Coraggio, 2014, p.31).

Os conceitos que permeiam esta análise são: Fronteira, Território, Turismo, Desenvolvimento Local e Decolonialidade, todos conceitos fundamentais para o estudo proposto. Obviamente a análise não se apresenta na ordem em que os conceitos acabaram de ser apresentados, até mesmo por julgarmos que todos são importantes e o objetivo da análise não é apresentar grau de importância. Todavia, mentalizando um desenho “hierarquizando” de cada um dos conceitos, o que vai nos auxiliar, assim como ao leitor, para as discussões que seguirão mais à frente pensamos que território, por ser delimitado por fronteira e por toda relação que ocorresse nesses espaços (territorialidades), tende a ocupar um papel importante nas discussões a que se dedica este quadro síntese. Investigar, refletir e entender as relações do turismo com vista ao desenvolvimento local, levando em consideração as comunidades do lugar em questão (fronteiriço), serão fundamentais neste trabalho. As ponderações sobre decolonialidade tendem a estar engendradas em todas as reflexões aqui realizadas.

Esse texto foi organizado em duas seções. Na primeira foi discutido sobre o turismo de base local e as possibilidades de cooperação transfronteiriça, pois julgamos ser fundamental tais ponderações para entendermos como o local se porta frente ao global, principalmente em fronteira. Em seguida se discute Comunidades locais e o envolvimento nas atividades do turismo em um território fronteiriço. Por fim, serão apresentadas as considerações finais sobre a referida temática á guisa de conclusão.

TURISMO DE BASE LOCAL E COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA

Percebemos no turismo, um mecanismo efetivo para a prática de desenvolvimento local aliado à preservação, tanto de patrimônios naturais e culturais quanto de valorização da identidade. Quando se fala em turismo, dois atores ganham grande destaque, o turista e aqueles que promovem o turismo, todavia as comunidades – localidades pouco são analisadas ou levadas em consideração nas tomadas de decisões. Ainda mais quando se trata de comunidades fronteiriças.

Apropriamos aqui da percepção de Saquet (2019, p.6):

O conhecimento é produzido num contexto histórico e geográfico de relações, gerando (e sendo influenciado por) valores, ideologias, saberes, análises, costumes, práticas etc., ou seja, apesar das redes longas cada vez mais intensas e velozes, a dimensão local tem centralidade, sem desligamento dos outros espaços e tempos, lugares e territórios (Saquet, 2019, p. 6).

O desenvolvimento local pode ser visto como uma das estratégias mais adequadas para um novo modelo de desenvolvimento: o desenvolvimento local a partir de uma pequena escala territorial realizado em escala humana, atendendo às demandas sociais. Ao falarmos de local aqui, pensamos conforme Saquet (2019, p.8):

Os habitantes precisam se sentir (e viver) importantes, reconhecidos, valorizados, pertencentes ao lugar, à rua, ao condomínio, ao bairro, à comunidade rural, aos municípios, às redes curtas, à região hidrográfica, ao Estado, ao rio, enfim, ao território, participando efetivamente da construção do seu lugar de vida cotidiana (Saquet, 2019, p. 8).

Ao pensarmos o desenvolvimento local que seja fronteiriço, de emana do povo, das próprias comunidades, acreditamos que o rompimento com modelos e ações coloniais se faz necessário, pois conforme Grosfoguel (2008, p.140), o não rompimento é muito nocivo para a pesquisa:

A influência nociva da colonialidade, em todas as suas manifestações aos diferentes níveis (global, nacional, local), assim como os respectivos saberes eurocêntricos, têm-se reflectido em movimentos anti-sistêmicos e pensamento utópico por todo o mundo (Grosfoguel, 2008, p. 140).

De acordo com Rodrigues (2006 p. 298):

O local assume importância crescente, não somente enquanto cenário para novas práticas, mas reconhecidamente como o único recorte territorial que pode conjugar os interesses dos vários segmentos envolvidos no turismo (Rodrigues, 2006, p. 298).

Trata-se de um tipo de desenvolvimento que não é medido apenas em termos do aumento de produção de capital, do PIB, mas em decorrência da redução da dependência econômica, do incremento da confiança local aos seus próprios meios de trabalho, da integração de comportamentos individuais nos objetivos comuns da comunidade local. Podemos, conforme Grosfoguel (2008, p.139), “começar a imaginar mundos alternativos para lá do eurocentrismo e do fundamentalismo.”

Sob uma perspectiva histórica, verificamos que, no Brasil, os estudos que enfocam o local começam a ganhar destaque durante a formulação da Constituição Federal de 1988, período em que se iniciam reflexões sobre descentralização de políticas públicas, poder da localidade, necessidade de integração de projetos sociais e econômicos que beneficiem a maioria da população e, também, a construção de um projeto político que promova o verdadeiro desenvolvimento humano. Para tal, fez-se necessária uma revisão das relações entre o Estado, a sociedade civil e o setor privado.

Notamos, então, que nessa nova proposta a participação popular ganha papel de destaque, não devendo se restringir a envolvimento esporádicos ou ser vista como uma metodologia para a sensibilização e conscientização popular. Talvez seja este o maior desafio a ser enfrentado. Portanto, participativo não é o processo que garante a participação, mas aquele que a promove e a ela atribui seu funcionamento, encontrando as melhores soluções para os problemas, afinal, as soluções macroeconômicas nacionais e internacionais são limitadas, pois as não levam em conta as condições locais extremamente diversificadas que só são identificadas pelas pessoas que nele vivem.

Ao falar sobre Desenvolvimento Local, especialmente no Brasil, é necessário recordar de um projeto do BNDES² denominado “Desenvolvimento Local”, projeto que teve cooperação técnica do PNUD³. O referido projeto objetivava formular e executar ações que levassem em conta as vocações locais, permitindo a construção de processos de desenvolvimento cujos resultados beneficiassem a maioria da população, promovendo a inclusão social através de mobilização, organização, capacitação técnica e execução de projetos de natureza social e econômica. Houve um cuidado com o acompanhamento do processo e avaliação permanente dos resultados obtidos no decorrer das ações. Todavia na atual conjuntura política podemos dizer que o projeto do BNDES está disponível para consulta, entretanto arquivado.

Queremos mostrar no turismo, um mecanismo efetivo para a prática de desenvolvimento local aliado à preservação, tanto de patrimônios naturais e culturais quanto de valorização da identidade. Quando se fala em turismo, dois atores ganham grande destaque, o turista e aqueles que promovem o turismo, todavia as comunidades – localidades pouco são analisadas ou levadas em consideração nas tomadas de decisões. Ainda mais quando se trata de comunidades fronteiriças.

A necessidade de as comunidades passarem a interferir em seu próprio desenvolvimento, em busca de maior dinamismo nas atividades econômicas locais, e a lutar por uma melhor distribuição de riqueza e renda impuseram-se desde que os efeitos da globalização se fizeram sentir. Neste ponto está a centralidade do local. O aumento do desemprego, a carência de políticas sociais, a deterioração da qualidade de vida, a degradação ambiental, são processos que atingiram também o Centro-Oeste brasileiro e a fronteira Brasil - Bolívia. Durante muitas décadas, o atual modelo de desenvolvimento baseou-se em intervenções macroeconômicas. Regiões inteiras, muitas delas longe dos centros urbanos mais dinâmicos, não se beneficiaram desse "desenvolvimento".

Ponderando sobre o que Saquet (2019, p.8) chama de “práxis de reciprocidade, cooperação e solidariedade com as gentes de cada território”, acreditamos que a comunidade de pescadores artesanais urbanos do território fronteiriço em questão, que atualmente, por conta das atividades

² Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

³ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

da pesca profissional, passa por um processo de transição do destaque que vem sendo dado às atividades de contemplação da natureza, sem falar da marginalização sofrida pela mesma por parte do poder público pois a política estadual de pesca adotada vem gradativamente desfavorecendo os interesses dessa parcela da população local, podem, através de uma articulação e cooperação fronteiriça, em prol de busca de novas oportunidades de trabalho, onde o seu saber passe a ser aproveitado e compartilhado com os visitantes de forma criativa e integrada, por frente a esse processo de decolonização.

Para tal ação, apropriamos aqui do que Saquet (2019, p.11) orienta:

Nosso papel social não é somente aprender e produzir conhecimento, mas também ensinar criativa, dialógica e participativamente, é lutar, conviver e atuar diretamente em projetos de desenvolvimento voltados para melhorar a qualidade de vida do povo, tentando construir uma sociedade mais justa e ecológica (Saquet, 2019, p. 11).

A importância do entendimento do turismo pela geografia em um mundo globalizado, em que cada vez mais se relaciona a importância crescente do turismo com a nova organização do território mundial é explicada por Rodrigues (1996, p. 17) da seguinte forma:

Num mundo globalizado o turismo apresenta-se em inúmeras modalidades, sob diversas fases evolutivas, que podem ocorrer sincronicamente num mesmo país, em escalas regionais ou locais. Expande-se em nível planetário, não poupando nenhum território – nas zonas glaciais, nas cadeias terciárias, até nas regiões submarinas – na cidade; no campo; na praia; nas montanhas; nas florestas; savanas, campos e desertos; nos oceanos, lagos, rios, mares e ares (Rodrigues, 1996, p. 17).

Quando falamos em turismo, ponderações de Rodrigues (1996) são de grande importância, pois ela trata a questão com total propriedade, além de dar um enfoque geográfico ao tema, revelando que a atividade turística vem ganhando um relevante papel dentro da economia mundial, porém não seria correto nos restringir ao seu caráter econômico, e sim, observá-lo também como um fenômeno social que envolve, antes de tudo, deslocamento de pessoas.

Muitas comunidades locais que apresentam potenciais naturais e culturais, e apresentam interesse em promovê-los, veem na atividade turística um importante instrumento para a implementação das estratégias de desenvolvimento local capazes de fomentar uma distribuição mais justa dos benefícios gerados, estimulando qualidade de vida e bem-estar para toda a comunidade.

COMUNIDADES LOCAIS E O ENVOLVIMENTO NAS ATIVIDADES DO TURISMO EM UM TERRITÓRIO FRONTEIRIÇO

Ao pensarmos e refletimos sobre TBC em território fronteiriço, alguns questionamentos sobre o local frente ao global nos surgem. Dentre os questionamentos, um insiste em nos inquietar mais: Porque não pensar no turismo de base comunitária (TBC), que vem sendo discutido ao longo dos anos do atual século, como uma estratégia para o desenvolvimento local e endógeno em território fronteiriço? Para Irving (2009, p.111):

O turismo, em qualquer de suas formas de expressão e intervenção, interfere na dinâmica sócio-ambiental de qualquer destino, o turismo de base comunitária só poderá ser desenvolvido se os protagonistas deste destino forem sujeitos e não objetos do processo (Irving, 2009, p. 111).

Ainda segundo a autora (IRVING 2009), o turismo de base comunitária resulta de uma demanda direta dos grupos sociais que residem no lugar turístico, e que mantém com este território uma relação cotidiana de dependência e sobrevivência material e simbólica. A possibilidade de mobilização e organização da sociedade civil local em busca de desenvolvimento e qualidade de vida para si em um espaço fronteiriço, partindo de um desenvolvimento local endógeno pode ser uma importante ferramenta para o TBC.

O TBC está se mostrando, no decorrer do século XXI, como uma importante estratégia para o desenvolvimento local, além de se apresentar como um instrumento do turismo sustentável e conseqüentemente do desenvolvimento sustentável. Quando falamos de TBC, estamos falando da própria comunidade local gerindo e sendo protagonistas nas atividades do turismo, o que é corroborado por Silva, Ramiro e Teixeira (2009, p. 363):

Entende-se que TBC são como iniciativas de estruturação e/ou organização de produtos e serviços turísticos protagonizados pelas comunidades receptoras, como alternativa de geração de trabalho e renda para os residentes (Silva, Ramiro e Teixeira, 2009).

Também, os referidos autores ainda acrescentam:

O produto turístico de base comunitária se diferencia por incorporar o modo de viver e de representar o mundo da comunidade anfitriã. Desta forma, prevê na sua essência um intercâmbio cultural com a oferta dos produtos e serviços turísticos, em que há oportunidade para o visitante vivenciar uma cultura diferente da sua e à comunidade local de se beneficiar com as oportunidades econômicas geradas e também pelo intercâmbio cultural (Silva, Ramiro e Teixeira, 2009).

As comunidades locais precisam ser protagonistas em suas atividades, podendo se organizar de diferentes maneiras, principalmente neste caso específico, por se tratar de uma fronteira onde as diversidades culturais, sociais, políticas e econômicas são bem maiores e muito aflorada. Pensamos conforme Bursztyn, Bartholo e Delamaro (2009, p. 87):

O protagonismo das comunidades locais pode se efetivar sob uma grande variedade de formas de livres associações — por cooperativas, as associações, joint ventures, empreendimentos comunitários ou micros, pequenos e médios empresários locais. Na perspectiva do desenvolvimento situado, a questão decisiva não diz respeito às formas de seus eventuais veículos e meios, mas sim à efetivação de sua finalidade: a ampliação das liberdades substantivas de comunidades situacionalmente afetadas, como agentes e beneficiários da implementação de determinadas práticas turísticas (Bursztyn, Bartholo e Delamaro, 2009, p. 87).

Quando falamos em desenvolvimento local oriundo de atividades do turismo sempre nos vem à mente duas realidades que se opõe, os grandes empreendedores e as comunidades locais, realidade corroborada por Bursztyn, Bartholo e Delamaro (2009, p. 87):

Pensar a relação entre práticas turísticas e desenvolvimento parece conduzir à confrontação com uma dualidade de tipos ideais polares, que representam situações extremas. De um lado, os megaempreendimentos hoteleiros do tipo resort e village seguindo o modelo all inclusive, autárquicos e isolados, sem relações vinculantes com as comunidades do território onde estão situados. Do outro, os empreendimentos de base comunitária com todos os benefícios das atividades turísticas revertidos para as pessoas situacionalmente afetadas (Bursztyn, Bartholo e Delamaro, 2009, p. 87).

É sumamente importante deixar claro que as comunidades locais, em qualquer envolvimento com as atividades do turismo, precisam ser protagonistas em qualquer que seja o modelo ou proposta de desenvolvimento, protagonistas na autogestão, na valorização cultural e principalmente nos benefícios oriundos de um desenvolvimento local.

A busca da abordagem geográfica ao tema proposto para a fronteira em estudo constitui em uma análise do espaço geográfico para as investigações, sobretudo não restringe somente à visão da geografia. Todavia tende a ser multidimensional, interdisciplinar, considerando aspectos políticos, econômicos, culturais e naturais.

Nesse trabalho, a fronteira está sendo compreendida como um lugar de moradia e de existência de seus habitantes. ‘Ser da fronteira’ é o dado primordial para a discussão que se deseja fazer. Esse fato denota o que a geografia chama de sentimento de pertença e/ou identificação com o lugar. Desse modo, deixa-se evidente a necessidade de pensar a fronteira como um lugar – um

lugar que como qualquer outro possui seu dado particular. O dado particular fundamental da fronteira nesta ponderação é justamente o fato da convivência com o outro, com a diferença nacional, que remete aos símbolos próprios a cada nação, a história, a cultura, ao nacionalismo.

As reflexões presentes em um trabalho dessa natureza, apresentam a possibilidade de cooperação fronteiriça através do turismo de base comunitária em fronteira, onde seus saberes e potencialidades podem ser aproveitados em atividades do turismo gerando assim desenvolvimento local e melhoria da qualidade de vida.

Nesse caso, percebemos na comunidade de pescadores moradores na área urbana de Corumbá, espaço fronteiriço, potencialidades para gerar iniciativas de desenvolvimento local e melhoria na qualidade de vida pela dinamização do turismo em fronteira e até mesmo aumentar a receita do município, principalmente diante do acontecimentos recentes com essa parcela da população, que vem se tornando marginalizada por vários fatores, nos quais se destacam a falta de política pública voltada para os pescadores profissionais, desvalorização da atividade profissional e também a desilusão com a atividade, o que é corroborado por Amarílio (2012, p. 31):

A pesca é uma das principais atividades econômicas do Pantanal Sul contudo, atualmente, principalmente na região de fronteira, a atividade da pesca profissional passa por um processo de transição, da pesca para as atividades de contemplação da natureza, sem falar da marginalização sofrida pela mesma por parte do poder público, porém apesar do amplo conhecimento empírico dos pescadores profissionais artesanais, a política estadual de pesca adotada vem gradativamente desfavorecendo os interesses dessa parcela da população local (Amarílio, 2012, p. 31).

Queremos deixar claro, que antes de qualquer coisa, a comunidade envolvida deve ser consultada, chamada para o debate, ouvida e a iniciativa de desenvolvimento deve ter, portanto, motivações endógenas de expressar os desejos dos grupos locais, no caso, os pescadores artesanais.

Torna-se importante destacar que em Puerto Quijarro já está sendo gerenciada uma mobilização de pescadores artesanais bolivianos em prol da formação de sua própria cooperativa. O que vem tornar, nesse caso, a ideia de cooperação fronteiriça através de atividades do turismo tendo por base uma comunidade local uma realidade possível de acontecer, desde que gestores e planejadores apostem em novas alternativas para o desenvolvimento territorial e social. O desenvolvimento local não é responsabilidade só dos governos, pois passa a depender também da criatividade local. Daí A. Einstein (apud Martín, 1997, p.1) dizer que:

[...] en momento de crisis la imaginación es más importante que el conocimiento".
Analisando o papel do local na saída das crises econômicas, esse autor diz que
"una nueva época se plasma en la ausencia de sistema organizados, en la aparición

de solidaridades fluidas, de la indeterminación, de lo aleatorio, de lo indefinitivo, por el crecimiento de las zonas grises que se multiplican al margen de toda autoridad.

O incentivo ao turismo na fronteira aliado ao desenvolvimento local é visto como uma possibilidade de diversificação da economia, capaz de permitir a inclusão dos pescadores artesanais urbanos no mercado doméstico e garantir a manifestação de suas especificidades, com uma propensão a: receber uma nova injeção de capital, gerar empregos, tanto direto como indiretos, incorporar noções de planejamento turístico, assegurar o limite de suporte ao ecossistema, capacitar profissionais e promover melhorias em infraestrutura básica e serviços que atendam desde a comunidade local até os turistas.

Segundo Amarílio (2012, p. 32):

O incentivo ao turismo na fronteira aliado ao desenvolvimento local é visto como uma possibilidade de diversificação da economia, capaz de permitir a inclusão dos pescadores artesanais urbanos no mercado doméstico e garantir a manifestação de suas especificidades, com uma propensão a receber uma nova injeção de capital, gerar empregos, tanto direto como indireto, incorporar noções de planejamento turístico, assegurar o limite de suporte ao ecossistema, capacitar profissionais e promover melhorias em infra-estrutura básica e serviços que atendam desde a comunidade local até os turistas (Amarílio, 2012, p. 32).

Ainda em conformidade com Amarílio (2012, p.27):

(...) podemos entender que localidades que apresentem potenciais naturais e culturais, e tenham interesse em promovê-los, veem na atividade turística um importante instrumento para a implementação das estratégias de desenvolvimento local capazes de fomentar uma distribuição mais justa dos benefícios gerados, garantindo qualidade de vida e bem-estar para toda a comunidade (Amarílio, 2012, p. 27).

A fronteira precisa ser compreendida como um lugar de moradia e de existência de seus habitantes e que a percepção e a identidade do fronteiriço devem ser levadas em consideração nas intervenções para o desenvolvimento. Vale lembrar que um trabalho dessa natureza pode, portanto, apontar o turismo de base local ou comunitária - como é chamado por muitos estudiosos do tema (TBC), como proposta de cooperação fronteiriça em busca do desenvolvimento local e fronteiriço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da crescente realidade apresentada até aqui, nos questionamos: Por que não trazer essa possibilidade de desenvolvimento com base comunitária para a fronteira? Por que não utilizar

de atividades do turismo para tal desenvolvimento? O local tem sido abordado a partir de várias e diferentes perspectivas dentro das ciências, diante disso, por que não a da fronteira? A fronteira aqui como já foi apresentada neste trabalho, precisa ser compreendida como um lugar de moradia e de existência de seus habitantes e que a percepção e a identidade do fronteiriço devem ser levadas em consideração nas intervenções para o desenvolvimento. Vale lembrar que esse trabalho vem, portanto, apresentar o turismo de base local ou comunitária - como é chamado por muitos estudiosos do tema, como proposta de cooperação fronteira em busca do desenvolvimento local e fronteiriço. Irving (2009 p. 112) revela que:

O turismo de base comunitária resulta de uma demanda direta dos grupos sociais que residem no lugar turístico, e que mantém com este território umas relações cotidianas de dependência e sobrevivência material e simbólica. Assim, não é possível imaginar uma iniciativa de turismo de base comunitária resultante de uma decisão externa, de uma intervenção exógena à realidade e aos modos de vida locais (Irving, 2009 p. 112)

Como a fronteira é peculiar, o turismo de base comunitária pode mobilizar e organizar a sociedade civil através da cooperação de planejadores e agentes locais visando a construção e promoção de imagens que valorizem e respeitem a autenticidade local. O pensamento de Oliveira e Marinho (2009 p.342) confirma essa possibilidade ao apontar que:

O turismo com base local pode ser sistematizado como uma estratégia eficaz de inclusão social, de desenvolvimento sociocultural e de preservação ambiental. Para tanto, todo e qualquer projeto deve levar em consideração as reais necessidades da comunidade, da saúde à educação, da geração de empregos ao fortalecimento da identidade cultural (Marinho, 2009, p. 342).

O turismo pode se apresentar como proposta de cooperação em zona fronteira quer seja nessa fronteira do Brasil com a Bolívia, como em qualquer outra fronteira, desde que os planejadores e agentes locais fomentem iniciativas e colaborem com as comunidades envolvidas, para integrar a melhoria das suas condições de vida com o desenvolvimento do turismo sustentável. Os poderes públicos e privados devem consultar as comunidades afetadas e inseri-las através de representações no processo de planejamento da atividade e na tomada de decisões, reconhecendo, ouvindo e atendendo as suas necessidades e anseios, de modo a integrá-las na atividade do turismo. Como já foi revelado aqui, o desenvolvimento deve principiar de forma endógena, ou seja, no seio da própria comunidade.

Nos dias atuais é impossível pensar a relação pesca e turismo, em Corumbá, sem levar em consideração a fronteira, mas não a vendo como o desencontro de diferentes visões de mundo,

mas a coexistência de diferentes espaços temporalidades. A proposta para a implantação de uma política de turismo com base local nos municípios brasileiros tem um papel fundamental no desenvolvimento equilibrado da atividade do turismo, revertendo, na medida do possível, os impactos ambientais causados na implantação e desenvolvimento dessas atividades. Para a obtenção do sucesso na implantação de um turismo com base local, é imprescindível colaborar com as comunidades envolvidas, para integrar a melhoria das suas condições de vida com o desenvolvimento do turismo sustentável.

O trabalho propõe uma forma de cooperação fronteiriça através do turismo de base comunitária e que visa o desenvolvimento local. As reflexões ponderadas no presente trabalho poderão beneficiar a comunidade de pescadores da área urbana de Corumbá, território fronteiriço, através do processo autoformativo de investigação/experimentação de iniciativas metodológicas. Aproveitando e/ou considerando Comunicações Fronteira e relações de vizinhança Página | 9 as características de ser uma região de fronteira e as condições e potencialidades locais dinamizará quantitativa-qualitativamente a atividade do turismo e ao mesmo tempo refletirão a melhoria da qualidade de vida da comunidade-localidade. Além de que as atividades do turismo poderão ser dinamizadas, a receita do município pode aumentar.

REFERÊNCIAS

- AMARILIO, F. L. **As Relações do Turismo com a Pesca Artesanal em um Espaço Fronteiriço: O caso de Corumbá/MS**. Dissertação de Mestrado. UFMS, Corumbá, 2012.
- BURSZTYN, I. BARTHOLO, R. DELAMARO, M. In: Bartholo, R.; Sansolo, D.; Bursztyn, M., (org.). **Turismo de base comunitária: diversidade**
- CORAGGIO, J. L. **Una lectura de Polanyi desde la economía social y solidaria en América Latina**. Cadernos Metrópole. v. 16, n. 31, pp. 17-35. 2014.
- COSTA, E. A da. 2013. **Mobilidade e fronteira: as territorialidades dos jovens de Corumbá**. Revista Transporte y Territorio v. 9, p. 65-86.
- CRUZ, R. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto. 2000
- CORAGGIO, J. L. **Una lectura de Polanyi desde la economía social y solidaria en América Latina**. Cadernos Metrópole. 2014, v. 16, n. 31, pp. 17-35.
- GROSGOUEL, R. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global**. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 80, 2008, p. 115-147.
- IRVING, M. A. In: Bartholo, R.; Sansolo, D.; Bursztyn, M., (org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras** – Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p.108 - 121.

NOGUEIRA R. J. B. **Ateliê Geográfico** Fronteira: espaço de referência identitária? **Goiânia-
GO** v. 1, n. 2 dez, (2007).

OLIVEIRA, A. M. e Marinho, M. In: Bartholo R, Sansolo D e Bursztyn I, (org.) **Turismo de base
comunitária** – Rio de Janeiro: Letra e Imagem. 2009.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, (1993).

RODRIGUES A. B. (org.). **Turismo e geografia**. Reflexões teóricas e enfoques regionais. São
Paulo: Hucitec, (1996).

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de Território**. São Paulo: Expressão Popular,
(2007).

SAQUET, M.A. Ciência popular e contra-hegemonia no desenvolvimento. In: CURY, Mauro;
MAGNANI, Elisa; CARVALHO, Rita. (Org.). **Ambiente e território: abordagens e transformações
sociais**. Londrina, PR: Madrepérola, 2019.

SILVA, K. T. P; RAMIRO, R. C; TEXEIRA, B. S. In: Bartholo, R.; Sansolo, D.; Bursztyn, M.,
(org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras** – Rio de
Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 359 – 368.

Recebido em: 01 de setembro de 2023
Aceito em: 15 de setembro de 2023